

Editorial / Editorial

A confluência do auge do capitalismo tardio, da universidade neoliberal, da precariedade do trabalho intelectual, do enfraquecimento do movimento trabalhista, do retrocesso da esquerda latino-americana e dos populismos de ultradireita estimulou a ideia de que as mudanças provocadas em diferentes patamares pela Revolução Russa – as quais afetaram a vida de milhões de seres humanos – fazem parte do passado, transformando seu legado em algo anacrônico. O surgimento de tais fenômenos contribuiu para distorções e mesmo falsificações não apenas da própria Revolução Russa, mas também de seu impacto global. Comumente, a experiência revolucionária é tachada com argumentos tais como: “o poder foi tomado por uns poucos”; “o partido bolchevique substituiu a classe operária”; “infligiu-se um terror vermelho sobre aqueles que sustentaram o processo revolucionário”, “o bolchevismo é ultrapassado”, entre outros.

A consequência imediata da disputa ideológica alimentada pelo temor das elites foi a tentativa de ofuscar as enormes conquistas da Revolução de 1917, em termos sociais, culturais, político-econômicos e militares. Ao mesmo tempo, se desencadeou uma ofensiva voltada à corrosão gradual das contribuições de Lênin, Trotsky e Gramsci à história, sem mencionar o silenciamento do legado das combatentes camponesas, das militantes Krupskaya, Stassova, Kollantai e de outras mulheres engajadas, como Rosa Luxemburgo.

Eric Hobsbawm, em seu livro *Historia del siglo XX* (1998), ressaltou a magnitude e a profundidade do movimento que abalou o mundo. Comparando-o à Revolução Francesa, afirma que, ao passo que esta última se mantém largamente no campo das ideias do Ocidente, até os dias de hoje, a Revolução Russa teve consequências práticas maiores e mais duradoras na história moderna.

Sua lúcida apreciação pode ser percebida nas lutas sociais que se espalham pelo continente latino-americano-caribenho, nos últimos 100 anos, e perduram nos dias atuais. Iniciadas com a Revolução Mexicana, que tinha como lema "*Tierra y Libertad*", ganham força com a vitória da Revolução Russa: as mobilizações promovidas por partidos comunistas e socialistas; as manifestações anarquistas das classes operárias do Brasil (1917); os movimentos estudantis que se seguiram à reforma universitária em Córdoba, Argentina (1918); a criação das universidades populares, no Peru (1920); a rebelião militar-socialista de Marmaduke Grove (1932); a organização da Frente Popular (1936 - 1941) e da Unidade Popular (1970 - 1973), no Chile; as revoluções anti-imperialistas em Bolívia (1952), Cuba (1959), Nicarágua (1979 - 1990) e Granada (1983); as insurreições armadas em El Salvador, na Nicarágua, Colômbia, Venezuela, Uruguai, Argentina e no Brasil; e os movimentos camponeses, indígenas, negros e feministas de variadas tendências e matizes.

O presente número de *Tensões Mundiais* está dedicado à reflexão crítica do legado da Revolução Russa na América Latina e no Caribe, em múltiplos aspectos e diferentes perspectivas teóricas, posto que nem a difusão de ideias constitui um processo linear, nem os movimentos sociais costumam ser monolíticos, sofrendo constantes mutações no enfrentamento cotidiano com os poderes imperialistas e seus aliados neocoloniais. Os artigos ora apresentados refletem as escolhas de seus autores no tocante às abordagens conceituais e metodológicas. Cada texto foi selecionado com cuidado e empenho por Camila Costa, Débora D'Antonio e Robert Austin, a dedicada equipe de coeditores que atuou diligentemente em todas as fases de elaboração da revista.

Na abertura, compartilhamos a opinião de um dos primeiros membros do conselho consultivo deste periódico, Boaventura de Souza Santos, sobre o impossível consenso quanto ao êxito ou ao fracasso da Revolução de Outubro. Seu mérito foi colocar os problemas que as sociedades capitalistas vivem ainda hoje e mostrar aos trabalhadores de todo o mundo que o capitalismo não é uma fatalidade. Coerente com sua concepção inovadora das epistemologias do Sul, Boaventura sugere que só uma alternativa

clara, como a proposta pela experiência russa, possibilitará romper com as permanências coloniais, capitalistas e patriarcais.

Omar Acha reflete sobre o impacto do conceito de “revolução” na história latino-americana e seu entrecruzamento com as novidades que a Revolução Russa ensejou na região. Entende que esta não foi uma força histórica alheia aos movimentos revolucionários da América Latina, embora, justamente por serem muitos deles preexistentes, devam ser interpretados de maneira autônoma. A montagem de uma genealogia revolucionária permite ao autor articular processos históricos diversos como as rebeliões indígenas do final do século XVII, as contingências das revoluções anti-coloniais do século XIX, as ideologias anarquistas e socialistas que ingressaram por meio dos imigrantes europeus no início do século XX, a Revolução Mexicana de 1910, os movimentos indigenistas dos anos vinte, o populismo dos trinta, os nacionalismos radicais dos quarenta e as Revoluções Cubana e Nicaraguense da segunda metade do século XX.

Nesta saga, a Revolução Russa encontra seu lugar quando cada um dos países latino-americanos, com suas tradições ideológicas e suas próprias relações de forças sociais e políticas, se interroga sobre o caráter específico que assumem os processos revolucionários, no âmbito regional. O historiador avalia o efeito simbólico da Revolução Russa no que diz respeito tanto aos procedimentos com os quais as esquerdas interpretaram as distintas experiências emancipatórias no continente, quanto à preocupação que expressaram as elites militares nos anos sessenta e setenta, ao querer perseguir e erradicar brutalmente toda forma de comunismo.

O historiador Dan La Botz discute o tema de outra perspectiva. No seu artigo, argumenta que a influência do *Komintern* na América Latina diminuiu o potencial para uma revolução socialista democrática e subordinou a luta operário-camponesa à política externa soviética. Ele considera que a estratégia de “coexistência pacífica” dos partidos comunistas latino-americanos, na fase pós-guerra, era similar à da socialdemocracia ocidental. No período de 1930 a 1990 e na esteira dos sucessos iniciais da Revolução Russa e da posterior vitória soviética na Segunda Guerra Mundial, amplos setores da esquerda latino-americana exaltaram a URSS e

seu partido comunista. Esse processo se intensificou com o triunfo da Revolução Cubana e a subsequente intervenção da União Soviética.

Porém, o autor observa que os partidos comunistas geralmente omitiram as questões do stalinismo, o Estado de um só partido, e como a burocracia subordinou a classe operária no bloco soviético, na China e em Cuba. Além disso, estudos recentes não alteram substancialmente o balanço negativo para a compreensão do papel da Internacional Comunista na América Latina. Conclui que a trajetória inicial da Revolução Russa e do partido comunista persiste inspirando revolucionários que aprenderam, por experiência própria, que o internacionalismo socialista se constrói mediante práticas democráticas.

Para a socióloga Lia Pinheiro Barbosa, os efeitos na América Latina e no Caribe da revolução soviética devem ser investigados, a partir das especificidades da formação econômica, sociocultural e política que nos identificam enquanto nações e região. Nesse sentido, cabe verificar as raízes da subalternização de nossos povos: a colonização, a escravidão e o latifúndio. Do ponto de vista da pesquisadora do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), a experiência revolucionária russa motivou estratégias de resistência, em âmbito internacional, com profundos reflexos nas lutas sociais latino-americanas e caribenhas. Seu trabalho destaca a insurgência armada do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), em 1º de janeiro de 1994, e os elementos que estruturam a identidade chiapaneca: a matriz cultural própria da cosmovisão maia, a organicidade herdada da tradição de luta política indígena-camponesa e o vínculo com a terra.

Na sequência, Marcio Lauria Monteiro analisa as influências do trotskismo, por meio do *Partido Obrero Revolucionário* (POR), no processo que levou à Revolução Boliviana de 1952. Elaborado a partir de pesquisa documental aprofundada, o artigo revela as crescentes disputas e crises no seio do movimento revolucionário, assim como as consequentes divisões internas e questiona a capacidade do POR em organizar o proletariado boliviano, de modo a conduzi-lo à revolução socialista. Além disso, ele coloca em questão o interesse das alas majoritárias da Quarta Internacional, em

impulsionar ações revolucionárias no continente sul-americano. Para o historiador, estudar a atuação dos trotskistas na Revolução Boliviana possibilita repensar narrativas consagradas sobre o movimento trotskista internacional e sua crise no pós-guerra.

Túlio César Dias Lopes contrapõe os argumentos de que Marx e Engels não formularam uma concepção sistematizada acerca do que seja um partido. Lembra que, já no *Manifesto do Partido Comunista*, pode-se encontrar as bases teóricas para a fundação de um partido capaz de não apenas organizar os trabalhadores para o enfrentamento contra o capital, mas desenvolver a consciência socialista. O jovem acadêmico explora as ideias de Lênin e Gramsci sobre o “partido de novo tipo” e o papel coletivo desempenhado pelo “moderno príncipe”, além de sistematizar as contribuições de Mariátegui à organização política da classe trabalhadora peruana e latino-americana. Os três intelectuais comunistas compartilhavam o entendimento de que a formação de partidos era indispensável à revolução socialista, pois, através das organizações partidárias, a classe trabalhadora se manteria unida, tornando possível a condução do processo revolucionário.

Por sua vez, o trabalho da pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina (Práxis), a cientista social Jórissa Danilla Aguiar, trata das afinidades entre o movimento bolchevique e a práxis de José Carlos Mariátegui. Na revista *Amauta*, Mariátegui expõe suas propostas de educação das “massas”, as quais considerava como importante ferramenta do embate político-ideológico que culminaria na vitória do proletariado. Assim, grande parte de suas obras ressalta a tarefa educadora do partido junto às populações indígenas, com o intuito de ajudá-las a compreender seu papel histórico na transformação social. Observa Jórissa que o marxista peruano mesclava a análise dialética das experiências locais de auto-organização com as condições concretas latino-americanas e o plano internacional, persistindo uma leitura necessária, cuja atualidade pode ser percebida pelos inúmeros movimentos indígenas que se espalham pela América Latina.

O diálogo entre a experiência soviética e os ciclos revolucionários na América Latina prossegue com Jhosman Barbosa que,

em seu artigo, analisa a centralidade do problema da transição ao socialismo em Cuba e os debates que esta despertou, enquanto parte do desafio histórico de construir uma sociedade de novo tipo. Sustenta o economista que esta dinâmica foi estimulada pela existência de pensadores cubanos preocupados com a soberania, o antianexionismo e a independência nacional. Intelectuais do final do século XIX e começo do século XX, como Martí, Baliño, Comañonga Mena, Guiteras Holmes y Rodríguez recepcionaram de maneira original as ideias de socialismo internacional e gestaram uma reflexão desde a singularidade do processo histórico cubano. Com a experiência da revolução de 1959, Ernesto Guevara, Fidel e Raúl Castro discutiram as opções existentes: o “realismo socialista” da URSS, a leitura que a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) oferecia para o desenvolvimento da América Latina e o aporte à construção do socialismo de personalidades, como o economista Charles Bettelheim e os agrônomos Jacques Chonchol e René Dumont.

Deste modo, se o Conselho de Assistência Econômica Mútua foi o órgão articulador do socialismo internacional que, exportando a experiência soviética, impulsionou a planificação e o cálculo econômico nos países membros, o Sistema Orçamentário de Financiamento resultou ser a maneira específica pela qual a planificação se concretizou na ilha. A transição ao socialismo em Cuba, que se debateu entre aplicar modelos exportados ou desenvolver uma característica própria, é compreendida por Jhosman como um período de tensão constante entre as teorias e a realidade, entre os desejos e as possibilidades surgidas das condições materiais de vida nesta região do Caribe.

Estudioso das Revoluções Russa e Cubana, Steve Cushion apoia-se profundamente na investigação empírica, em especial, do Partido Comunista de Cuba (PCC), para oferecer uma interpretação alternativa, matizada, de um projeto transformador, que está, indiscutivelmente, entre aqueles mais significativos projetos do socialismo do século XX. De fato, o autor direciona os leitores para o papel decisivo dos trabalhadores organizados – particularmente afro-cubanos – na revolução de 1959. O fato tem sido ignorado na historiografia ortodoxa, sobretudo naquela produzida fora

de Cuba, e é mais extensamente explorado em seu recente livro *A história oculta da Revolução Cubana* (2016). O foco exclusivo no movimento revolucionário de 26 de julho de 1959, liderado por Fidel Castro, e a exclusão da história do movimento operário, argumenta Cushion, distorcem necessariamente o papel-chave, embora tardio, do PCC em eventualmente romper o cerco imperialista dos EUA sobre a república da Ilha e sua vitoriosa independência.

Jersey Oliveira, integrante do Núcleo de Educação Popular 13 de Maio, refuta a afirmação de que a Revolução de 1917 não teve impacto no Brasil e busca desconstruir o senso comum amplamente disseminado pela burguesia com o auxílio da imprensa. Para o sociólogo, o discurso ideológico do fracasso revolucionário foi construído no intuito de impedir o esforço crítico, visando entender as potencialidades e os limites do evento histórico. Fundamentado na literatura e na experiência de ensino adquiridas em cursos para estudantes e trabalhadores sobre a temática, o autor argumenta que a ideia incutida nos trabalhadores de que apenas sob a gerência estatal suas necessidades serão atendidas leva à inércia e à falta de atitude na luta por seus interesses, criando uma massa de eleitores. As mobilizações ocorridas no Brasil, particularmente as greves de 1917, o chamado “ano vermelho”, surpreenderam pela amplitude e radicalidade das reivindicações operárias. Defende, enfim, estudar a lições da estratégia revolucionária como meio de os trabalhadores lograrem seus objetivos.

Os ideais propagados pela Revolução Russa trouxeram, também nas artes, renovada força para a militância de esquerda latino-americana. Frida Kahlo simbolizou na tela *O marxismo trará saúde aos enfermos* a potência salvadora de suas convicções políticas: segurando um livro de Marx e amparada por suas mãos, liberta-se das muletas que lhe atormentavam.

Entre os anos 1920 e 1950, em toda a América Latina, artistas e intelectuais defenderam fervorosamente uma produção artística politicamente combativa, lançando revistas e manifestos. Mariátegui afirmou nas páginas da revista *Amauta* que uma revolução na arte não se satisfaz com realizações formais. É necessário que as novas técnicas sejam acompanhadas por um novo espírito. Assim, a grande mudança empreendida por nativistas como Julia

Codesido e José Sabogal, ativos colaboradores de *Amauta*, não era formal, mas temática, dedicando-se a pensar a cultura nacional.

O uruguaio Joaquín Torres García inverte o mapa da América Latina e declara: “o Norte agora está embaixo”. Amelia Peláez encontra na conjugação de frutos tropicais com arabescos em cores fortes sua expressão da cultura cubana, enquanto Eduardo Abela se volta para a representação dos pacíficos *guajiros*. Na Argentina, Antonio Berni pinta uma manifestação em que a massa vigilante não esconde as expressões individuais. Operários e camponeses foram temas de pinturas emblemáticas, caminhando obstinados rumo às sonhadas transformações sociais, como nos murais do mexicano Siqueiros e do boliviano Pantoja. Já Portinari retrata a trágica saga dos retirantes nordestinos na tela *Enterro na rede*.

Nossa expectativa é propiciar aos leitores de *Tensões Mundiais* uma variada coletânea de obras produzidas por artistas e intelectuais, brasileiros e estrangeiros, comprometidos com as lutas sociais e, assim, ampliar a solidariedade internacional.

Os editores